

RUA 06 Nº 3265 - ALTO DO SANTANA - CEP:13504-188 - RIO CLARO - SÃO PAULO

#### Conselho Municipal de Educação de Rio Claro

#### Reunião Extraordinária

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de 2018, às 08h30, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, no Auditório I, sito à rua seis, número 3265, bairro Alto do Santana, para a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Educação de Rio Claro, os Conselheiros: Alexandra Cristina Delbon, Mônica Cristina Q. Christofoletti, Daniela Geniseli Calore, Luciana de Lourdes dos Santos, Camila Cilene Zanfelice, Valneide Anastacio dos Santos, Maria Aparecida Arnaldo, Keila Santos Pinto, Marina Nunes Chiode, Juliana Maria L. D. Eigenheer, Sandra Helena Tinós, Maria Antonia Ramos de Azevedo, Raquel Ribeiro, Claudia Ap. Sorgon Scotuzzi, Fátima S. D. Benedetti e Alexandre José Cruz. Também estavam presentes o diretor Pedagógico da Rede Osmar de Arruda Garcia, os integrantes do CAP (coordenadores pedagógicos) e os supervisores das Escolas Municipais. Por se tratar de uma reunião originalmente agendada entre Diretoria Pedagógica, CAP e supervisão, tendo sida concedida a presença do COMERC, o Diretor Pedagógico iniciou a reunião informando aos presentes que o Conselho solicitou a apresentação de uma discussão e em seguida, passou a palavra para a presidente Luciana de Lourdes dos Santos, que iniciou a fala informando os presentes sobre o novo entendimento de que o Conselho é responsável por acompanhar a questão do Currículo e da Proposta Pedagógica; que toda discussão nas escolas é função do COMERC acompanhar, inclusive para garantir a autonomia das escolas nestas discussões envolvendo currículo. Continuou apresentando a proposta de se ter uma metodologia de construção da Proposta, em parceria com a SME e o Fórum Municipal da Educação - como o Fórum ainda não foi instituído, disse que a parceria se resume ao Conselho e à Secretaria. A proposta do Conselho é conversar sobre como articular essa parceria, porque o Conselho decidiu não encaminhar um texto para as escolas discutirem, sem fazer um levantamento; discutiu-se que é preciso entender que há pessoas que não sabem o que é metodologia de trabalho, que montam suas atividades sem pensar se está sendo construtivista, sócio interacionista, e é preciso pensar num mecanismo de ação para entender como essas pessoas trabalham na escola, que o Conselho entende que num primeiro momento há vários tipos de práticas, nem sempre coerentes com as nomenclaturas – a pessoa se diz "Piagetiano", mas na prática não é. Disse ser necessário discutir formas de pensamento e ação pedagógica para depois entrar na discussão do currículo e assegurar que cada um possa levar a sua realidade para dentro do seu currículo nas escolas. Continuou dizendo que a proposta do Conselho é traçar um plano de ação para pensar como vamos discutir coletivamente com uma Rede tão grande, pra que seja um trabalho de qualidade realmente, já que não temos como brigar contra a BNCC, pelo menos se aproveitar dela para traçar a partir dela um trabalho de qualidade, e trabalhar com ela essas questões. A Conselheira Camila

week all

D.

The day of



RUA 06 N° 3265 – ALTO DO SANTANA – CEP:13504-188 – RIO CLARO – SÃO PAULO

retomou os pontos elencados pelo Conselho na última reunião, para fazer o diagnóstico do que a Rede tem pensado e trabalhado, que seriam: esclarecer para a Rede qual é a intenção do COMERC, junto ao CAP e a supervisão, solicitar uma devolutiva sobre as práticas que ocorrem nas escolas e das teorias que fundamentam, mas que trouxessem um retrato do trabalho efetivo que acontece nas escolas, e esclarecer o movimento de estudo que vem sendo realizado pelo COMERC e pela SME. Informou que o Conselho pensou em como conseguir de fato uma fala "sincera" dos professores, uma consciência a respeito do próprio trabalho, como é feito, para termos um diagnóstico real. Osmar disse que desde o início, a proposta era o COMERC atuar junto à Secretaria, mas que, diante da decisão do Conselho de não assumir, voltou a falar com o Secretário da Educação, e buscou por parcerias com as Universidades. Citou uma formação pela qual está passando, junto ao Secretário, que fala das parcerias com as Universidades e o Conselho na construção da Proposta Pedagógica e alguns procedimentos que vem sendo tomados com relação ao contato com a Unesp. Disse que acha importante que professores de várias áreas da Unesp possam participar da construção da Proposta, mas fica pensando na devolutiva sobre as práticas, e como fazer isso nessa Rede gigantesca, onde percebese uma confusão de teorias, inclusive nos planos de trabalho apresentados pelos candidatos à coordenação pedagógica das escolas. Mesmo nos planos anuais das escolas, tem algumas confusões. Disse que o movimento de estudo é o mais fácil de se estabelecer, mas que não tem uma ideia para dar, sobre como fazer o levantamento com as escolas. Maria Antonia afirmou que o COMERC não se negava a participar do processo, mas tinha o cuidado de pensar em fazer um trabalho de não sobreposição com a SME, que o foco tinha que ser conjunto, e fazer um movimento de contribuição, sem passar por cima da supervisão e do CAP. Afirmou que nas reuniões do Conselho sobre a BNCC, apesar das ressalvas que tem, o COMERC tenta agora propor uma discussão sobre o Currículo para a Rede, mas enquanto equipe, precisamos estudar e pensar coletivamente como implementar o Currículo mantendo uma identidade da Rede, e que os professores percebam uma sincronia entre a equipe. Falou que o estudo não precisa esperar o mapeamento acontecer, que são movimentos concomitantes. Sugeriu que até o final do ano precisamos ter os dados e ter avançado nas discussões conceituais. Fazendo um histórico das reuniões e discussões do Conselho, disse que entendemos que é preciso saber o que as pessoas estão entendendo por Proposta; que percebemos muitas vezes que não há consonância entre a Proposta e as práticas nas escolas, ou que há práticas mais avançadas que as propostas, e que precisamos de dados para fazer esta discussão. Esclareceu que a ideia não é de vigilância, para apontar o que está certo ou errado, mas coletar os dados para serem ponto de partida para pensar. Osmar afirmou que as Propostas estão presentes nos PPPs das escolas, e a Secretaria tem acesso a todos os planos, que em tese são construídos por todo corpo das escolas, e que poderiam ser lidos pra pensarmos as questões teóricas, ressaltando que há confusões de

most off

P3



RUA 06 Nº 3265 - ALTO DO SANTANA - CEP:13504-188 - RIO CLARO - SÃO PAULO

perspectivas teóricas nestas propostas. Camila atentou para o fato de que a ideia era mobilizar a comunidade escolar, para que comece já a pensar no assunto, para quando se lançar o convite para a construção da proposta pedagógica as pessoas tenham de onde partir; talvez solicitar que as escolas avaliem o PPP e nos deem um retorno sobre essa avaliação, se consideram que está de acordo com as práticas desenvolvidas ou não. Afirmou que nem sempre a construção do PPP se dá de forma coletiva, e citou caso particular onde participou, uma única vez de elaboração do PPP em uma das escolas onde trabalhava como professora, anos atrás, (provavelmente em 2011), sem participar das revisões que ocorrem todo ano. Daniela informou que há escolas onde há participação efetiva dos professores nesta elaboração, nas revisões dos Planos Anuais, inclusive onde há mudança de diretores. Maria Antonia retomou a ideia de solicitar às escolas que avaliem os PPPs e indiquem dificuldades e avanços. A Conselheira Mônica disse que isso será fácil para as escolas que já fazem análise das metas anuais, que isso deve ser discutido pelas escolas. Osmar informou que as análises estavam comprometidas. Mônica disse que há orientação para que esta discussão aconteça, e pode ser que em algumas não aconteça. Que não quer dizer que é na Rede. Camila retomou a fala, dizendo que não afirmou que isto ocorre na Rede toda. Mônica considerou necessário esclarecer que a orientação é para que aconteça a discussão, e que seja feita coletivamente, para que não fique parecendo que não há orientação da SME. A Conselheira Claudia disse que talvez seja necessário se mudar o foco do que e como se pede para as escolas, porque isso já é feito todo ano, mas citando sua experiência na participação em dois tipos de prêmios, Gestão escolar, e o PPGE, informou que quando vão avaliar a gestão pública, trabalham com um questionário de evidências, que questiona por exemplo da seguinte forma: De acordo com a sua Proposta Pedagógica, quais ações evidenciam o cumprimento dessa Proposta Pedagógica?" - assim a gestão tem que fazer um exercício de pensar na fundamentação teórica e nas atividades eu comprovam que estão desenvolvendo esta ideia teórica. Sugeriu fazer uma planilha com colunas: uma com a Proposta, outra com ações que evidenciam a efetivação dela. Continuando, pontuou que desta forma, as escolas poderão pensar a respeito daquilo que não tem cumprido com relação ao que propuseram, e poderão ter uma ideia mais clara sobre o trabalho que realizam. Uma maneira de aproximar prática da teoria de uma maneira menos pesada. O diretor pedagógico perguntou sobre como proceder. Claudia sugeriu que a SEM orienta para que isso seja feito nos HTPCs, de maneira rápida, em forma de planilha, devolvendo para o Conselho e a SME. A Conselheira Maria Antonia também sugeriu uma coluna com sugestões de encaminhamento de propostas. Osmar demonstrou preocupação de que o trabalho não aconteça em parceria e sugeriu que seja feita uma reunião com os diretores e coordenadores, e solicitou a presença da presidente do COMERC, para que a Rede compreenda que não é uma proposta que parte somente da Secretaria, mas que é uma parceria. A Conselheira Claudia sugeriu que depois

moly of

Dy.



RUA 06 Nº 3265 - ALTO DO SANTANA - CEP:13504-188 - RIO CLARO - SÃO PAULO

poderemos pensar como tabular os dados; que provavelmente muitos pontos serão comuns entre as escolas e poderemos identificar as fragilidades, para propor formações que deem conta de resolver estas questões. A Conselheira Sandra demonstrou incômodo com relação à participação dos professores nesta proposta de encaminhamento; porque mesmo que haja este movimento nas escolas, ela não consegue ver os professores dizendo sobre as práticas deles, e questionou qual espaço está sendo dado para a participação da comunidade em geral nesta discussão; indagou se isto não é importante para a construção do currículo integrado da Rede. Osmar esclareceu que as Propostas das escolas tem de levar em conta a participação da comunidade, mas que é impossível que a SME esteja lá na ponta fazendo isso (verificando a participação); que a equipe gestora tem que trabalhar isso com a comunidade. Disse que via chamar os gestores para que eles mobilizem na ponta (nas escolas). A Conselheira Claudia sugeriu que uma das reuniões que vão ocorrer na escola poderá contar com a participação da comunidade. Maria Antonia retomou a discussão sobre a participação efetiva dos professores. Claudia disse que o trabalho com as evidências facilitará no entendimento de que não se trata de um julgamento de valor, o que facilita a participação do professor. Maria Antonia disse que isto também depende de como vai ser proposto nas escolas, de como a equipe gestora vai conseguir trabalhar e colocar no papel aquilo que realmente acontece; que espera-se que as escolas assumam aquilo que ainda não atingiram. Tanto Claudia quanto Maria Antonia salientaram que é importante que, na reunião com os gestores, fique clara esta intenção de se ter um diagnóstico "real", que seja um processo transparente. Osmar falou que a participação não pode ser imposta às pessoas, e muitos não vão participar, como acontece nos HPTCs. Sandra argumentou que o Conselho pensou em por exemplo consultar diretamente os professores que são quem mobiliza este currículo na escolas. Mônica falou sobre as avaliações de projetos de professores coordenadores, nas eleições e reeleições que estão acontecendo, e apontou que há um trabalho de orientação nestas avaliações de projeto, quanto à prática deste professor coordenador na escola, então ela pensar que a pessoa mais importante nesse processo na escola é o professor coordenadora. Que se ele é um bom professor coordenador ele conhece o trabalho dos professores e vai ser capaz de provocar os professores a falarem. Que ela espera que o professor coordenador saiba o que seus professores estão fazendo na escola, e que nos HTPIs o professor coordenador vai poder conversar com estes professores. Sandra apontou a dificuldade dos professores coordenadores das escolas grandes, com mais de 40 professores, o que muitas vezes ocasiona falta de diálogo na escola, e falando como professora, questiona qual seria a as participação nesta elaboração. Osmar citou sua experiência particular como coordenador em uma escola "gigante" e afirmou que conhecia todo o trabalho desenvolvido por todos os professores da escola, e sugeriu que nos inspiremos nestas experiências positivas, apostando no trabalho de mobilização, mas sabendo que pode ser que não consigamos mobilizar a todos para a participação. Claudia

made all

m lace

ção. Claudia



RUA 06 Nº 3265 - ALTO DO SANTANA - CEP:13504-188 - RIO CLARO - SÃO PAULO

sugeriu uma ação prática: depois da reunião com a equipe de gestão, que o professor coordenador entregue antes da reunião coletiva da escola o questionário para cada professor, que deverá entregar individualmente (pensar sua pratica no HTPI, para ter de onde partir, ideias para colocar, no HTPC). Que assim o coordenador poderá questionar os professores que colocarem algo distante a prática, e discutir com os professores nos HTPIs. Osmar apontou que será uma oportunidade dos professores coordenadores se aproximarem mais da sala de aula. O grupo decidiu elaborar uma agenda de trabalho então para colocar estes planos em ação. Osmar verificou a agenda do CAP e da Supervisão e sugeriu que elaborem o instrumento para questionamento das evidências até a próxima semana. Disse que por conta da maioria dos professores coordenadores serem novos na função, será preciso uma formação para eles a respeito de como procederem. A Conselheira Claudia explicou, a pedido de algumas Conselheiras, qual foi a inspiração desse trabalho com as evidências e explicou como seria a comprovação delas; citou relatos, fotografias e outras formas de registro; sugeriu também que as escolas que reconhecem as evidências mas não tem como comprovar precisarão pensar em como fazer estes registros a partir das discussões. O Conselho sugeriu que a Conselheira Claudia seja chamada para contribuir com a formulação do instrumento (questionário). Ficou acordado que a reunião com diretores e coordenadores será realizada no dia 03 de outubro às 8h, e as escolas terão prazo até o dia 05 de novembro para enviar à SME os resultados das discussões. A Conselheira Maria Antonia relembrou a necessidade de, enquanto este processo estiver acontecendo, o Conselho e a SME promovam estudos para fundamentação. Quanto à compilação dos dados, ficou acordado que serão recebidos, e depois se pensará em como trabalhar com eles. Sem mais nada a tratar, deu-se por encerrada a sessão na qual eu, Camila Cilene Zanfelice, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelas demais presentes:

7 11.

Camila Cilene Zanfelice
Alexandra Cristina Delbon
Alexandre José Cruz
Claudia Ap. Sorgon Scotuzzi
Daniela Geniseli Calore
Fátima S. D. Benedetti
Juliana Maria L. D. Eigenheer July m L Q Zy
Keila Santos Pinto Kula Jaula Guito

0.1.0.0



RUA 06 Nº 3265 - ALTO DO SANTANA - CEP:13504-188 - RIO CLARO - SÃO PAULO

Luciana de Lourdes dos Santos
Maria Antonia Ramos de Azevedo
Maria Aparecida Arnaldo
Marina Nunes Chiode
Mônica Cristina Q. Christofoletti Janica C. & Churtofoldto
Raquel Ribeiro
Sandra Helena Tinós
Valneide Anastacio dos Santos
$\mathcal{M}$

Cornectó des nomes des prémies citades pela Conselheina Claudia: Prêmio Gesta Escolar - CONSED PQGF- Prémio de qualidade em gestas federal.